

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL
CMDR**

**Data: 20 de Fevereiro de 2024- Horário: 15:30hs
Local: Auditório do 6º andar do Paço Municipal**

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 15hs30 minutos o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Juarez, deu início a plenária do CMDR, agradecendo a presença dos que estão no auditório e aos que estão online. Que retornando os trabalhos para 2024 do Conselho, espera que consiga fazer um bom planejamento para o ano. Iniciando com a pauta, justifica a ausência da conselheira Pollyanna Drummond. Presidente passa a palavra para o conselheiro Fernando passar algumas informações sobre a reabertura do frigorífico em São José dos Campos. Fernando cumprimenta a todos, espera que até meados de junho, esteja tudo pronto, já foi dada entrada no projeto de adequações para a obtenção do selo SIM na prefeitura. Assim que for aprovado o processo, inicia todo o processo burocrático do selo. O frigorífico precisa de quatro autorizações, praticamente, primeiro o selo de inspeção, o AVCB do Corpo de Bombeiros, a liberação junto a CETESB e junto ao DAEE, já que faz a captação de água diretamente do rio. Assim que estiver com as autorizações e reformas da adequação, o frigorífico volta a funcionar. Presidente pergunta qual é a capacidade do frigorífico, se terá abate de suínos? Fernando responde que sim, também abate de suínos. Existem parâmetros que devem ser atendidos, como o tamanho de curral para o bovino porque precisa fazer uma dieta líquida e o suíno não precisa, ao chegar, tem que acalmar, fica parado, tomando água, evacuando para poder já fazer uma boa limpeza de todo o sistema

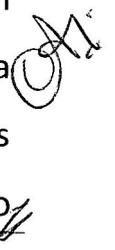
digestivo e entrar no abate com o mínimo de quantidade de resíduo dentro do seu intestino. O segundo parâmetro é o de tratamento do resíduo e o terceiro é a cadeia do frio. Hoje, essa unidade tem condições de abater até 500 animais por dia. Esse frigorífico é liberado para abater bovinos, bubalinos e suínos. Então são 500 animais, independente de que seja suíno ou bovino. É uma quantidade grande para a situação de consumo local, vale serra e litoral. Com a palavra coronel Mauro, que parabeniza pela excelente notícia, vai resolver um problema regional. Deseja sucesso e pergunta se o grupo tem alguma pretensão de fazer abate de ovinos? Fernando informa que não tem estrutura para abater ovino, porque o ovino foge um pouco da linha do suíno. Que o ovino, é diferenciado, pois precisa de uma estação de retirada do couro, por causa das alturas, pois os magarefes não têm como trabalhar na altura do bovino com os ovinos. Então ficaria o abate somente para bovinos, bubalinos e suínos. Presidente acha importante atender o pequeno e médio produtor, que também, às vezes, não tem condições de mandar esses animais para fora, para fazer o abate. Para quem é grande produtor, tem um custo maior, mas consegue levar para abater fora. Para o pequeno e o médio produtor, é uma excelente notícia. Fernando agendará uma visita na unidade, para que o conselho possa conhecer as instalações e como funciona. Presidente pergunta se o valor a ser cobrado pelo abate dos animais vai diferenciar muito de outras regiões? Fernando responde que estão consultando Pinda, Cruzeiro e Piracicaba, mas que não tem grênciã sobre valores. Mas acredita que fique em torno dos valores que cobram Cruzeiro R\$70, Piracicaba cobra R\$90. Acredita que será pelo valor mais barato. Presidente pergunta sobre a destinação do couro se fica com produtor ou frigorífico? Fernando responde que o couro faz parte do



frigorífico. O frigorífico cobra uma taxa de abate, fica com os miúdos, a rabada, mocotó e couro e a cabeça vai para fazer farinha, ração. Presidente pergunta se procede que o Vale do Paraíba, tem um mercado para mil cabeças, aproximadamente, pergunta se tem uma grande margem de trabalho junto ao frigorífico. Fernando responde que foi feito um levantamento e hoje tem os produtores que conseguem disponibilizar em torno de 3 a 3,5 mil cabeças por semana. Uma parte do consumo da carne que tem na região, ela é uma carne um pouco diferenciada e já tem marca própria. Então, mesmo o frigorífico abatendo aqui, boa parte dessa carne vai continuar vindo de fora. Porque o frigorífico aqui, ainda não está pronto para trabalhar com cortes. Ele tem espaço para isso, mas não acredita que nesse primeiro momento ele vá trabalhar com cortes. Vai trabalhar apenas com carcaça, ou seja, chega o animal vivo, ele é entregue dividido em dois nos açougues que fazem a desossa. Acredita que nesse primeiro momento consiga abraçar esse mercado, mas dependendo da vontade do grupo, se eles quiserem começar a trabalhar com cortes, muda um pouco da logística. Fernando agradece pelo espaço. Presidente agradece Fernando pela excelente notícia e assim que for possível, o conselho fará uma visita. Presidente passa a palavra para o secretário adjunto, Ronaldo, que vai fazer um comentário sobre o status do SISBI, que, na verdade, é o SIF. Após o SIM, sistema de inspeção municipal, que é o regional e local, a ideia é fazer esse convênio com o SISBI para os produtores poderem vender os produtos para outras localidades e não somente para São José. Ronaldo cumprimenta a todos e agradece o Presidente e vice do CMDR e os conselheiros pela oportunidade de poder falar de um assunto tão importante para São José. Um passo muito importante com o selo SIM alguns anos atrás, quando revitalizou o

serviço. E agora o SISB, sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal, com o alcance na esfera nacional ao produtor que tem o selo SIM. A única diferença que tem do SISBI para o SIF, o serviço de inspeção federal, é que o SISBI não atende, na sua totalidade, os requisitos para exportação. Mas, no mais, comercialização dos produtos em toda a rede nacional, ele pode comercializar. Ronaldo explica que o SISBI, é um convênio do município com o Ministério da Agricultura e com o Governo do Estado. São José se preparou ao longo do ano de 2023 através da contratação de uma consultoria de um veterinário professor nessa área, que foi o facilitador e ajudou vários municípios a introduzirem o SIM e o SISBI aqui no estado de São Paulo. Já foi feita a adequação na legislação do SISBI, com ajuda do doutor Telles, que foi preparar o SIM para acolher o SISBI. Porque a lei do SIM municipal que rege os requisitos, ela é uma lei de 1991. Então, na lei foi feita as alterações para poder modernizar, inserir agora a ideia das novas tecnologias disponíveis e colocar a chegada do SISBI. Feito isso, seguirá para a Câmara nos próximos dias, passando pelo último crivo da Secretaria de Assuntos Jurídicos com as adequações. Não mudou praticamente muita coisa da lei original, mas mudou esse preparo para um alicerce receber o SISBI. Existem questões internas muito próximas de solucionar, a questão de ter um veterinário mais dedicado a esse processo todo do SISBI. Hoje tem um apoio da Secretaria de Saúde, Carol Belote, veterinária da Zoonoses quee atende também a divisão de desenvolvimento rural, que está na sala do empreendedor. Então, a secretaria continua se valendo da ajuda da Carol, mas já num processo bem adiantado do último concurso do ano passado onde o veterinário aprovado será contratado. A expectativa é que aprovado agora, ajustando os artigos da lei do SIM, e aprovado na Câmara, um processo que não

costuma ter rejeição. Todos os assuntos da sala de empreendedor, divisão de desenvolvimento rural, fomento ao agronegócio, todas as leis feitas para criação do novo formato do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, não houve nenhum tipo de problema, nem a bancada de oposição apresentou rejeição, porque é algo que beneficia o produtor rural do município. Embora esteja em ano eleitoral, espera não ter nenhum tipo de obstáculo, nenhum tipo de rejeição. Será encaminhado no final de fevereiro para a Câmara, deve entrar na pauta por não ser um tema polêmico, passa por uma comissão interna e a expectativa é que em março, já tenha sido aprovada a nova lei do SIM que está recepcionando o SISBI. O contrato dessa consultoria de 2023 está sendo feito um aditivo no contrato, que é permitido pela lei de licitações e vai agora acompanhar a implantação do SISB. Então, todo produtor joseense que tem o SIM e que queira entrar no novo sistema do SISBI/POA, ele vai poder entrar, porque o município está conveniado. Se o município provar para o Estado e para o Ministério da Agricultura que São José está apta a fazer o SIM ter efeito nacional, então, com as adequações internas, o pulo do SIM para o SISBI é muito menos burocrático do que se pensa. Ronaldo acredita que em março a lei já estará aprovada, e já começa a inserir os produtores que queiram colocar o seu produto nas prateleiras do município e no mercado nacional. Continuando com outro assunto de pauta, Ronaldo vai passar um recado sobre o tema, que já é o do evento do dia 8 de fevereiro onde a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado honrou com a participação num projeto piloto, aqui em São José dos Campos e farão em várias outras regiões do Estado. O evento contou com a presença toda a equipe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, oferecendo os serviços que a secretaria tem disponível a partir dessa nova gestão do



novo secretário de agricultura, Guilherme Piai. A participação de Prefeitos e Secretários de Meio Ambiente e área de sustentabilidade do Vale do Paraíba. Um grande evento com a participação maior que a média da capacidade do auditório que é de 260 pessoas. Que o perfil do secretário Guilherme Piai, jovem, família tradicional de produtores, uma mente bem bacana, bem aberta e bem arrojada para o negócio. Foram apresentados alguns programas, basicamente, Câmara Setorial do Leite, que está formada pelas grandes cooperativas do Vale. É importante porque essa Câmara, no momento em que ela passa a fornecer leite para as ferramentas, os equipamentos do Estado, significa que mais produtores que queiram vender o leite para essas cooperativas têm um mercado a mais. Foi falado de uma taxa, um valor de subsídio e garantia de preço do leite, é um primeiro passo. Essa Câmara Setorial do Leite era algo esperado há muito tempo e ninguém colocava em prática. Foi assinado um convênio com a secretaria com o pedido de seis novas pontes em estradas vicinais e o governo do Estado está designando um valor para execução, além dos recursos que já enviam para o município agro. O município recebeu alguns recursos pequenos, mas que são importantes, para colocar cascalho na área rural da Zona Norte, São Francisco do Xavier e área rural da Zona Leste. Tem as máquinas, os tratores, que são disponibilizados pelo Governo do Estado e já estão sendo usadas pela chuva em excesso e desmoronamento de estradas. Que, vários outros programas serão lançados e serão publicados ao longo desse ano. A proximidade com a Secretaria da Agricultura é extremamente estratégica e importante. O fato de terem escolhido São José é só um sinal de que isso está permanecendo. Ronaldo finaliza informando a todos que na medida em que forem chegando novas notícias dessa parceria do município com a

Secretaria de Agricultura, que tem certeza que esse ano vai ser bastante rica, vai repassando para o conselho. Presidente agradece Ronaldo e segue com a pauta, sobre a atualização da lei que criou o CMDR. Passa a palavra ao doutor Teles que vai explicar os pequenos ajustes sugeridos para a plenária na atualização da lei do CMDR. Doutor Teles cumprimenta a todos, informa que fez um resgate histórico do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, lei criada em 83, posteriormente, essa lei de 97 revogou a lei que criou o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário e criou o CMDR. A composição que constava na lei de 97, havia quatro vagas para a prefeitura, já existia uma denominação de algumas entidades, e em 2001 houve uma atualização dessa lei, principalmente porque o Conselho, apesar da existência legal dele, não estava fazendo reuniões e não estava ativo. Em 2021 houve a alteração da composição, até para que fosse paritária a composição e o CMDR passou a ter 13 membros da prefeitura, dividido por diversas secretarias, como a SIDE, SEURBS, SASC, e 13 vagas para a sociedade civil, onde consta o Parque Tecnológico e Sindicato Rural. A proposta seria fazer pequenas alterações na composição para tentar deixar o conselho mais democrático. A proposta seria, ao invés de indicar diretamente a AEA para compor o conselho, a possibilitar que outra classe representativa de engenheiros ou arquitetos também possam participar do CMDR. A proposta seria alterar a vaga da AEA e constar a indicação para uma instituição representativa de classe de engenheiros ou arquitetos de São José dos Campos, ou seja, a AEA pode continuar participando sem problemas e outra proposta seria da ACI, que está denominada, ela participar junto com instituições, associações ou federação representativa da indústria, comércio ou serviço local. E, por último, onde consta a



entidade de classe, possibilitar a participação diretamente de entidades voltadas à advocacia. Doutor Teles como proposta inicial, sugere a formação de uma câmara técnica, a ideia é trazer para o CMDR um estudo feito na evolução legislativa e uma proposta inicial de alteração da lei. Com a palavra Presidente que coloca a proposta, abre para que outras instituições possam participar e indiquem seus membros. Com a palavra o vice-presidente Renato Veneziani, sugere que o grupo da câmara técnica se reúna alinhem a alteração, apresentem a minuta para o conselho e se não tiver nenhuma objeção seja encaminhada para a Câmara. Presidente propõe que se encaminhe para a câmara técnica um prazo de retorno de três dias, para coletar as sugestões e segue com a pauta, convidando os conselheiros para a visita técnica à plantação de Macaúba em Lagoinha e sugere a data de 6 de março pela manhã. A Marisa encaminhará um e-mail e organizará a visita. Com a palavra o Renato Veneziani que mais uma vez faz menção a EDP, um assunto desagradável de ficar falando. Pede que a secretária executiva Marisa faça um levantamento das pautas, das atas de reunião de 2023, quantas vezes foram solicitadas para que a Lola viesse para fazer alguns esclarecimentos em função da posição dela em relação às concessionárias. Renato informa que já reclamou com Ronaldo, Juarez e Manara, porque o assunto está tomando uma proporção que tem dois viés. O problema da EDP, quanto aos produtores rurais há falta de energia, depois da volta férias, teve a oportunidade de acompanhar em dois momentos a situação do Gregório. Ele abriu o chamado, a EDP deu o como encerrado e só atendeu ele três dias depois. Por duas vezes, tudo está documentado. Sugere a presença da Lola ou do secretário juntamente com um representante da EDP em plenária para solucionar vários problemas na área rural. Que tem protocolo a mais de três anos e



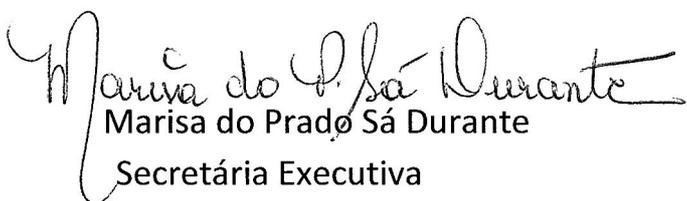
meio junto a EDP e não tem resposta. Foi feito um corre com a ajuda da Marisa e do Vinícius, foram coletados registros perante a EDP da queda de energia, inclusive apontando os prejuízos, o que houve de perda de produto pela falta da refrigeração ou, ocasionado pela falta de energia. Foram encaminhados no mínimo sete casos, "mas tem muito mais gente prejudicada no negócio". Que, foi reforçado o pedido para que tivesse um representante na data de hoje, mas não responderam. Renato lembra que a algum tempo atrás o conselho COMAM teve um caso similar com a Sabesp. Após uma notificação extrajudicial por escrito, já com o efeito de uma futura ação judicial da prefeitura contra a Sabesp, em função de vários problemas que estavam acontecendo eles compareceram. Renato sugere que seja enviado um ofício para que eles venham á plenária. Com a palavra Ronaldo, que lembra que foi ele a pedido do Secretário Manara que elaborou um ofício a Sabesp e daquela vez funcionou. Lembra que tecnicamente esse é um assunto da diretora de convênios Lola, mas acha que o CMDR pode convocar com o aval do conselho e assinatura do presidente o comparecimento de um representante da EDP. Ronaldo responde a Renato que vai redigir essa carta e uma convocatória, o CMDR assina e o secretário Manara assina como prefeitura. Presidente passa a palavra para Sérgio, da Secretaria de Gestão de Administração e Obras e coordenador-geral do Garden, que trata de ações demolitórias no município. Informa que tem muita afinidade com o pessoal da regularização fundiária e já entrou em contato com a EDP, para cobrar deles onde, sem autorização da prefeitura, criam redes na zona rural da sexta-feira à tarde para o domingo. Tem vários núcleos urbanos informais sendo criados na zona rural, que não têm autorização de instalação elétrica e a prefeitura não tem dado essas autorizações. No Urbanova

OK

VK

ainda são encontrados postes de madeira e na zona rural, os postes são novos. Sérgio apoia que a EDP seja notificada a vir prestar os esclarecimentos para o conselho. Presidente Juarez informa ter dois caminhos, o da notificação e se não for atendido, recorrer ao Ministério Público. Presidente agradece a Secretária executiva Marisa novamente pelo preparo, todo o empenho, dedicação que sempre ela faz com muito carinho. Nada mais a tratar encerra a presente reunião e eu Marisa Do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.


Juarez Domingues de Vasconcelos
Presidente


Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

COMITÊ DE CONSELHOS MUNICIPAIS

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 20/02/2024

HORÁRIO: 15:30hs

LOCAL REUNIÃO:

CONSELHO: CMDR-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

NOMES	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
TITULAR: GIANE SANTOS	ASS.PQ TECNOLÓGICO	
SUPLENTE: LUIZ FERNANDO CARVALHO	ASS.PQ TECNOLÓGICO	
TITULAR: RENATO TRABALI VENEZIANI	SINDICATO RURAL	<i>R. Veneziani</i>
SUPLENTE: WILSON B. CAMPOS	SINDICATO RURAL	
TITULAR: FERNANDO OLIVEIRA E SILVA	AEA	<i>Justificada</i>
SUPLENTE: CARLOS E. VILHENA PAIVA	AEA	
TITULAR: SEBASTIAO V. COELHO NETO	SIND.TRAB. RURAIS	
SUPLENTE: BRAZ NOGUEIRA DE ANDRADE	SIND.TRAB. RURAIS	
TITULAR: ANTONIO OSNY DE TOLEDO	PROD.ORIGEM ANIMAL	<i>Remoto</i>
SUPLENTE: JOSÉ CARLOS	PROD.ORIGEM ANIMAL	
TITULAR: JOSÉ RUBENS ALVES	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
SUPLENTE: BENEDITO VIEIRA PEREIRA	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
TITULAR: VALÉRIA ALEGRETTI	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
SUPLENTE: REGINA MARIA DE SANTANA	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
TITULAR: CLAUDINEI AMARO	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
SUPLENTE:	PROD.OR.NÃO ANIMAL	
TITULAR: MAURO ROBERTO DOS SANTOS	MORADOR B.RURAL	<i>M. Santos</i>
SUPLENTE:		
TITULAR: SATIRO NOZAKI	MORADOR B.RURAL	
SUPLENTE:		
TITULAR: SÔNIA KHOURI SIBELINO	UNIVAP	

SUPLENTE: SIDNEY FRANKLIN A.SANTOS	UNIVAP	
TITULAR:	ACI	
SUPLENTE: BENEDITO VIEIRA PEREIRA	ACI	
TITULAR: GIOVANA COSTA DIAS	OAB	
SUPLENTE: PRISCILIANA MULATO DA SILVA	OAB	
TITULAR: MICHELE PEREIRA DE LIMA	SG	Justificade
SUPLENTE: ELIZABETH MARIA B.NARS	SG	Justificada
TITULAR: ALINE A.ARANTES OLIVEIRA	SIDE	
SUPLENTE: RODOLFO CESAR	SIDE	Justificada
TITULAR: VINICIUS DE PINHO CORREA	SIDE	Justificada
SUPLENTE: NAZIRA SOUZA MADUREIRA	SIDE	
TITULAR: JUAREZ D. VASCONCELOS	SEURBS	Presidente
SUPLENTE: ARNALDO SERGIO DE OLIVEIRA	SEURBS	
TITULAR: MAURO SERGIO DA SILVA DIAS	SEURBS	
SUPLENTE: PEDRO ANDERSON VERA	SEURBS	
TITULAR: GIOVANI K.SILVA	SEURBS	
SUPLENTE:	SEURBS	
TITULAR: RODOLFO VENÂNCIO	SEURBS	
SUPLENTE: CARLOS EDUARDO XAVIER	SEURBS	
TITULAR: RODRIGO UBIRATÃ GUNTHER LUX	SEURBS	
SUPLENTE: ADRIANA DA ROCHA SUZUKI	SEURBS	
TITULAR: OSWALDO V.DE PAULA JUNIOR	SEURBS	
SUPLENTE: MARCELO DA SILVA REIS	SEURBS	
TITULAR: MARIARA DE F.ALVES DOS SANTOS	SEPAC	mfis
SUPLENTE: LUIZ FELIX	SEPAC	
TITULAR:	SASC	
SUPLENTE: JOSEFINA SBRISSE DE LIMA	SASC	
TITULAR: MARCOS ANDRÉ DA ROSA	SMC	
SUPLENTE: MARCO ANTÔNIO SILVÉRIO	SMC	
TITULAR: POLLYANNA HORTA DRUMOND	SGHO	Justificada
SUPLENTE: SERGIO TARZIA	SGHO	

